



UM ORÇAMENTO AQUÉM DOS DESAFIOS **DO CRESCIMENTO E DO EMPREGO**

Orçamento de Estado 2006

No entender da UGT, a Proposta de Orçamento do Estado 2006 é um Orçamento de continuidade que mantém a consolidação orçamental como objectivo prioritário da política económica e social do País, penalizando novamente o crescimento económico e o emprego e tendo impactos negativos sobre os trabalhadores portugueses.

Os trabalhadores serão penalizados por este Orçamento, quer por via do aumento da taxa de desemprego prevista para 2006, quer por via de uma insuficiente evolução dos salários e pensões, cujo crescimento surge, à partida, condicionado por uma previsão de inflação que consideramos incorrecta.

A UGT considera que a consolidação orçamental é importante para o País. Contudo, esta deve ser prosseguida em articulação com políticas que assegurem maior crescimento económico e mais emprego. E esta Proposta de Orçamento do Estado não responde, em nosso entender, àquele desafio.

Por outro lado, na consolidação orçamental importa actuar ao nível das despesas, nomeadamente por via de um maior rigor de gestão, de uma maior eficácia e eficiência da Administração Pública e de uma maior responsabilização dos agentes do Estado – assegurando-se, no entanto, que essa redução não se faça com cortes indiscriminados de despesas nem à custa dos trabalhadores da Administração Pública. Regista-se que, nesta Proposta, a redução das despesas não vem penalizar as funções sociais do Estado.

Contudo, actuar ao nível das despesas não é suficiente. Importa, também, actuar sobre as receitas públicas, visando um aumento significativo das mesmas.

Nesse sentido, consideram-se positivas as medidas respeitantes ao combate à fraude e evasão fiscais, mas claramente insuficientes as relativas à promoção de um crescimento económico mais elevado.

Destaca-se ainda que esta Proposta de Orçamento procura assegurar um maior rigor e transparência das contas públicas, nomeadamente no que se refere às despesas na Saúde, o que consideramos importante.

Numa apreciação geral desta Proposta de Orçamento do Estado, a UGT considera importante realçar:

1-

O **cenário macroeconómico** integrado no Orçamento levanta-nos fortes preocupações. O Governo reviu em baixa o crescimento económico esperado para 2005 e 2006, prevendo um crescimento de apenas 1.1% para 2006, valor não apenas inferior ao crescimento médio comunitário, como claramente insuficiente para estimular o crescimento do emprego. Nesse sentido, estima-se um impacto negativo no desemprego, com a taxa a aumentar para os 7.7% em 2006.

O Governo reviu igualmente em baixa a inflação, quer para 2005 quer para 2006, prevendo que em ambos os anos esta seria de 2.3%. Para a UGT, a previsão de 2.3% em 2005 é irrealista, particularmente à luz dos recentes aumentos de preços; igualmente irrealista a previsão de 2.3% para 2006.

Esta previsão de 2.3% condicionará negativamente a evolução dos salários, das pensões e do próprio quadro fiscal onde as actualizações são feitas tendo por base aquele referencial, o que para a UGT tem sido continuamente criticado.

2-

No **plano fiscal**, regista-se positivamente a inclusão de algumas medidas cujo objectivo é o de reforçar o combate à fraude e evasão fiscais que se traduzem nomeadamente por um aumento previsto das receitas. Importa concretizar rapidamente muitas das medidas previstas.

Não pode a UGT deixar de manifestar a sua preocupação quanto ao aumento da carga fiscal sobre as famílias resultante não apenas do agravamento de alguns impostos, mas essencialmente do impacto decorrente de uma actualização de escalões de rendimento, de benefícios e deduções fiscais ao nível da inflação prevista que deverá ficar aquém da inflação efectiva e do crescimento médio dos salários.

3-

No que se refere à **redução das despesas**, esta é penalizadora para os trabalhadores. Estamos particularmente preocupados com os valores indiciados para o aumento das pensões e prestações em geral e, em especial, dos salários e pensões da Administração Pública.

A UGT entende como fundamental que seja assegurado um crescimento real de salários e pensões, tendo em consideração as perdas de poder de compra que ocorreram nos últimos anos.

Exigimos igualmente que a actualização dos salários e pensões da Administração Pública seja feita num quadro de uma efectiva negociação colectiva.

4-

No que respeita ao **Investimento público** entendemos que este não responde aos desafios de um maior crescimento económico, com consequências positivas ao nível do emprego e da competitividade do País. Com efeito, esperaríamos um Orçamento mais orientado para aqueles objectivos ainda que tal significasse a utilização de receitas extraordinárias.

5-

Regista-se a entrega do Relatório sobre a Sustentabilidade da Segurança Social enquanto anexo desta Proposta de OE. Em sede de concertação social, o Governo comprometeu-se a remeter e discutir esse Relatório com os Parceiros Sociais antes de serem assumidas decisões sobre estas matérias, nomeadamente no que se refere ao quadro jurídico da antecipação da idade de reforma, entre outros. Aguardamos, por conseguinte, a sua discussão na CPCS.

Lisboa, 18 de Outubro de 2005

A Comissão Permanente